

Regionalismos e sociabilidades

Custódia Selma Sena *

Resumo

Do mesmo modo que os nacionalismos, os regionalismos imaginam também uma região totalizada e sem fraturas de gênero, raça, classe ou etnia. E, por isto, as sociabilidades pensadas para as regiões são também fabricadas. Mas mais importante do que sua facção é sua eficácia modelar, isto é, seu poder de dar sentido e conformar práticas sociais. A partir de textos de ciências sociais, de ensaístas, de historiografia e literatura regionais, neste artigo discutem-se estes processos de construção da região e as formas de sociabilidade específicas da região inventada “sertão” de Goiás.

Palavras-chave

Regionalismos, pensamento social, sertão

Abstract

Exactly like the nationalisms, the regionalisms also imagine a whole region with no fractures of gender, race, class, or ethnicity. And, because of this, the sociability thought for the regions is also fabricated. But more important than its faction is the efficacy of its model, i.e., its power to have sense and conform social practices. Assessing texts on social sciences, produced by essayists, regional historiography and literature, in this article we discuss these processes of regional construction and the forms of sociability specifically thought for the invented region named “sertão” of Goiás.

Key-words

Regionalisms, social thought, “sertão”

Do mesmo modo que os nacionalismos, os regionalismos imaginam também uma região totalizada e sem fraturas de gênero, raça, classe ou etnia. E, por isto, as sociabilidades pensadas para as regiões são também fabricadas. Mas mais importante do que sua facção é sua eficácia modelar, isto é, seu poder de dar sentido e conformar práticas sociais.

Na cartografia imaginária da nação brasileira alguns espaços são definidos como sua *origem* ou *centro*, classificando-se como região os espaços decadentes, atrasados ou periféricos a serem englobados pela nação. Isto equivale a dizer que é a própria condição de periferia que constitui a região como fenômeno (Sena, 2003). No entanto, apesar ou por causa disso, o interesse pela região sempre foi secundário na historiografia e nas ciências

* Doutora em antropologia. Professora da Faculdade de Ciências Sociais da UFG.
senaselma@yahoo.com.br

sociais brasileiras, a despeito de a identidade regional ser um eixo importante de identificação em nossa vida social cotidiana como indicam as situações de auto-apresentação, de localização social, os relatos de experiências pessoais, as ironias e piadas, as imagens, paisagens e estereótipos regionais na literatura, nos discursos políticos, nos meios de comunicação de massa e as justificativas políticas de projetos e programas econômicos regionais.

Nesse trabalho, através de textos de estudos literários, de ensaístas, de ciências sociais, de literatura e historiografia regional, procuro discutir a construção simbólica da região, isto é, como a representação cultural **região** é discursivamente construída como diferença e singularidade, engendrando práticas sociais específicas. Acredito, além disso, que as realidades simbólicas – memórias, afetos, sentimentos, imagens, crenças e moralidades – concebidas como próprias de uma região são constitutivas do fenômeno da região e, por isso, os regionalismos não devem ser tratados apenas como falsas moedas políticas das elites regionais. Pelo contrário, diferentes grupos sociais compartilham estas representações, imagens, valores e sentimentos e se constituem também em avalistas da fidelidade das representações regionais ao dado local.

Vários dos traços considerados, hoje, característicos das regiões brasileiras foram, pela primeira vez, fixados pelo olhar e pela pena dos viajantes europeus que por aqui passaram no século dezenove. Segundo Süsskind (1990), a prosa não-ficcional de viagens e o paisagismo, gêneros por excelência desses relatos, serviram também de modelo para as primeiras obras de ficção ou literárias na primeira metade do século dezenove.

Nos primeiros ensaios de ficção, a região comparece na narrativa como paisagem-só-natureza a que se junta, subsequentemente, a dimensão histórica na sondagem de nossa gênese. Entre 1850 e 1870, o narrador de ficção é, sobretudo, um viajante pelo interior do país, dedicado à historicização da paisagem, ao relato lendário ou à crônica das províncias, ao levantamento de tipos, usos e costumes locais e aos casos regionais. Dos viajantes, integram-se, portanto, ao imaginário brasileiro tantos os conteúdos relatados quanto a forma da narrativa, **principalmente na literatura nativista e sertanista/regionalista**. É por essa razão que tanto historiadores quanto cientistas sociais, estudiosos da região, procuram nas obras dos viajantes os fundamentos supostamente instituidores da diferenciação regional.

Durante todo o século XIX e até meados do XX, a literatura, a par de sua função estética, cumpriu ainda a tarefa de investigar e refletir sobre o Brasil, e os papéis sociais do romancista e do sociólogo somente se diferenciaram a partir da institucionalização das ciências sociais entre nós, nos anos 1950. Naqueles idos, a sociologia positivista reivindica para si o privilégio de investigar o Brasil, se institucionalizando como um saber científico fundamentado em métodos e técnicas de pesquisa, em análises e diagnósticos precisos de intervenção na “realidade”. Esta reivindicação teve que ser disputada com a literatura – especialmente com o ensaio histórico-sociológico construído na confluência da literatura, ciências sociais, historiografia e economia - a partir do equacionamento entre ficção e ideologia, isto é, creditava-se à literatura estes epítetos como se o realismo sociológico não

fosse também uma facção retórica. Deste momento em diante a literatura não poderia mais ser “um espelho da nação”¹ e teria que se conter aos limites do campo estético.

No entanto a literatura regionalista, já agora distanciada dos relatos dos viajantes europeus, conservou esta pretensão documental, sendo este inclusive, um dos critérios de autenticidade do texto regionalista: a verossimilhança das paisagens, dos falares, dos tipos humanos e seus dilemas, das mentalidades, dos valores, das moralidades. É por isto também que o escritor regionalista se define como pesquisador e trata de proceder ao registro de lendas, de provérbios, de cancioneiros, da culinária local etc., verossimilhanças que conformam a base do auto-reconhecimento identitário.

Para além da qualidade estética dessas modalidades de regionalismo, ao cientista social interessa antes indagar que imagem de região se constrói por seu intermédio e qual a sua eficácia simbólica na constituição das identidades regionais. Apesar de o mundo descrito pela literatura sertanista ser o “mundo do escritor citadino fingindo de sertanejo, que escreve para um leitor também ele citadino, a respeito de uma cultura diferente da sua” (Vicentini, 1998, p. 44) – o escritor regionalista e o intelectual local desempenham um papel determinante no trabalho simbólico de diferenciação do regional e na ruptura do isolamento – e do desconhecimento – que encapsula esses espaços periféricos. Por outro lado, como os processos de construção das identidades são dinâmicos, diferentes gerações de intelectuais regionais podem produzir diferentes discursos “retificadores” da imagem da região sobre uma matriz supostamente original, gerando várias camadas simbólicas, à maneira dos mitos.

A imaginação social brasileira e nossa própria experiência de brasiliade tem-se construído, pelo menos desde o século XIX e possivelmente antes, em torno da imagem e do sentimento de que o Brasil é um país dual. Formulada no século XVIII como uma oposição entre civilização e barbárie, essa dualidade tem sido constantemente desdobrada em outros binarismos como civilizado/ primitivo; litoral/ sertão; país legal/ país real; progresso/ atraso; individualismo/ personalismo; cópia/ autêntico; tradicional/ moderno; sertão/ cidade etc.

Creio que se poderia afirmar, sem exagero, que as melhores obras produzidas entre nós – pela literatura, pelos estudos literários, pelo ensaísmo, pelas ciências sociais e pela historiografia – têm por objetivo entender como essa dualidade se constitui e propor, contra essa cesura, uma imagem unificada da nação, condição necessária da identidade nacional.

Este artigo busca demonstrar que esses binarismos expressam uma concepção espacial nativa que classifica, no Brasil, os lugares do moderno e os lugares do tradicional e discutir os significados dessa classificação para uma cartografia imaginária da nação. O sertão é o lugar por excelência do tradicional.

Por este motivo proponho aqui uma reflexão sobre a região imaginada sertão, uma das mais poderosas representações construídas pela cultura brasileira. Entrelaçando imagens, idéias e emoções o sertão se constitui como o suporte mítico, ageográfico e atemporal, da saga que narra a conquista da civilização pela nação brasileira em seu devir.

Por condensar uma multiplicidade de sentidos e por se tratar de um operador de identidade e diferença – o mito narra a origem dos brasileiros, como viemos a ser e a sentir

¹ Expressão de Velloso, 1988.

como quem somos e a saber quem não somos – o *sertão* é um objeto elusivo, que “estando em toda parte não está nunca onde está”(Rosa, 1967:191). Não é por outra razão que a literatura e as artes, por disporem de recursos estéticos capazes de transformar em imagens o poder afetivo da representação sertão, produziram obras que conformam o imaginário nacional.

No início do período colonial, sertão era toda a área do Brasil a 100 metros além da faixa litorânea. Nos anos 1950, em autores como Bastide (1954) e Lambert (1956), por exemplo, o Brasil novo e o Brasil arcaico coincidem com certas regiões brasileiras. Lambert localiza nas regiões Sudeste e Sul o Brasil novo e nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste o Brasil arcaico; já em Bastide, o Brasil novo localiza-se no Sul e o arcaico nas regiões Norte e Nordeste. Em alguns autores, Minas Gerais é parcialmente incluída no Brasil arcaico, particularmente o norte de Minas, definido como sertão, em oposição à imagem fixada no imaginário nacional das minas das montanhas e do ouro.

Uma das mais célebres versões do dualismo à brasileira está contida no livro *Os dois Brasis* de Jacques Lambert, escrito no final dos anos 1950, pois aí o autor procura esgotar a caracterização do Brasil tradicional e do Brasil urbanizado ou civilizado, através do exame das dimensões histórico, econômica, política, social e cultural. Para este autor, o Brasil possuía uma só cultura e uma só nacionalidade, mas dois sistemas distintos de organização econômica e social que não “evoluíram ao mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase; não estão separados por uma diferença de natureza, mas por diferenças de idade”. Representando duas épocas de uma mesma civilização definida por uma língua, uma religião e uma história comum, o Brasil tradicional caracteriza-se por uma estrutura social simples e hierarquizada, onde pequenas comunidades mais isoladas apegam-se ainda a velhas tradições e rotinas, resistindo às mudanças e modernizações.

Se as configurações ideológicas moderno/tradicional não são estanques, mas fluidas, podemos esperar encontrar o sertão em toda a parte, ainda que obliterado na narrativa civilizadora da nação. Até o início do século vinte, uma parte do Estado de São Paulo era ainda descrita como “extremo sertão”, “desconhecido”, “pouco explorado”, “espaços selvagens” ou “terrenos ocupados por índios”. A expansão da cafeicultura, das ferrovias, o mapeamento e a nomeação dessas áreas pela Comissão Geográfica Estadual, seguidas de um período intenso de urbanização fez desaparecer o sertão da representação de São Paulo, transformando-o no *lócus* da modernidade no Brasil (Arruda, 2000).

Outro exemplo de deslizamento do signo sertão do centro para as margens do discurso regional é o caso de Minas Gerais. Tendo sido classificada como sertão desde o período colonial até os anos quarenta do século vinte, Minas Gerais, a partir dessa época começa a reverter o estigma do arcaísmo que marcava sua identidade através de estratégias políticas e culturais já bem analisadas por Maria Arminda Arruda, no *Mitologia da mineiridade* (1990). Resultado do trabalho de ressignificação e atualização do mito da mineiridade empreendidos por seus artistas e escritores, intelectuais e políticos, generalizou-se, para todo o Estado de Minas Gerais, imagens, paisagens e memórias selecionadas do repertório das áreas mineradoras, com suas montanhas, suas cidades coloniais, suas igrejas barrocas, seus poetas inconfidentes e sua relativa complexidade social.

Nesse processo de reelaboração, o sertão, que coincidia com Minas Gerais, foi sendo empurrado do centro para as margens da representação Minas Gerais, até se transformar numa dupla fronteira: norte de Minas, área que separa Minas Gerais da Bahia, e alteridade negada de Minas Gerais.

No Brasil as regiões são definidas nas distintas tradições disciplinares por seu caráter subordinado relativamente a uma totalidade que a contém, seja esta totalidade uma área geográfica, uma área cultural, um território nacional ou um modo de produção. Além disto, por serem subordinadas, as regiões são pensadas também como decadentes ou periféricas. Regiões decadentes são, principalmente, o Nordeste e o norte de Minas Gerais, pelo prestígio econômico que desfrutaram no período colonial. Periférica é, principalmente, o caso da região Centro-Oeste, que nunca teve fastígio.

Fora do regionalismo literário, um dos primeiros trabalhos a retomar, no século vinte, o tema região foi o Manifesto Regionalista Tradicionalista de Gilberto Freyre, lido na abertura do Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, em Recife, em 1926. Já naquela ocasião o autor chamava a atenção para a desvalorização simbólica das manifestações regionais definidas como tradicionais em favor da modernidade triunfalista que ameaçava uniformizar o país a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Interpretado por muitos autores como um movimento de reação aos modernistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Movimento Regionalista Tradicionalista do Recife propunha, para o Brasil, uma forma particular de relação entre o tradicional e o moderno: uma combinação equilibrada dos conteúdos regionais e das formas modernas. Para Freyre, o Brasil era, sociologicamente falando, um conjunto de regiões a que se tinha imposto, arbitrariamente, as divisões estaduais. Sua idéia de região enfatiza muito mais o sentimento de regionalidade do que o eixo da territorialidade:

O sentido de regionalidade, por assim dizer, eterno em sua forma é o modo regional e não apenas provincial de ser alguém de sua terra – manifestado numa realidade ou expresso numa **substância talvez mais histórica que geográfica e certamente mais social do que política** (Freyre, 1976, p. 28. Realce nosso).

São essas substâncias regionais - entendidas como conteúdos autênticos de brasilidade – que Freyre propõe sejam reabilitadas através da literatura, da arte, das políticas culturais, dos estudos e das investigações como forma de resistência à descaracterização do país, promovida pela imitação “cega e desbragada da novidade estrangeira”. Tem esse sentido o apelo dirigido no Manifesto às outras regiões brasileiras cuja articulação poderia gerar um “sistema de convivência nacional e de uma cultura também nacional, a que não faltam presenças, expressões e contribuições regionais (Freyre, 1976, p. 34).

Como observa D’Andrea (1992), os escritores, artistas e intelectuais do Movimento Tradicionalista ajudaram, através de seus escritos, a homogeneizar e diferenciar o Nordeste como região, recobrindo as descontinuidades internas do Nordeste com uma reelaboração mítica do passado da *plantation* canavieira, generalizado como arquetípico para toda a região. Tratava-se, pela valorização da tradição, de construir simbolicamente o Nordeste

como região portadora dos valores autênticos da nacionalidade em oposição ao Centro-Sul do país para o qual o Nordeste havia perdido a hegemonia econômica e política.

É por essa razão que, em vários escritos dos Tradicionalistas, a relação entre o Nordeste e o centro-sul do país é formulada através da oposição autêntico *versus* imitado ou tradicional *versus* moderno. Nesses escritos, os Tradicionalistas vinculam a autenticidade ao Brasil arcaico – a paisagem, as relações pessoais, a sinceridade e a moralidade do universo rural – e a artificialidade ao Brasil novo – a imitação estrangeira, o individualismo e a dissolução dos valores morais do universo urbano.

Entre a publicação do Manifesto do Movimento Tradicionalista, em 1926 e os anos sessenta, alguns outros autores identificaram e caracterizaram as regiões arcaicas, tradicionais ou atrasadas como Bastide (1954) e Lambert (1956). O próprio Freyre (1937, 1941) continuou ainda a tratar desse tema, vinculando principalmente região e tradição cultural. No entanto, apesar da grande receptividade desses livros, o tema regional não foi integrado pelas ciências sociais que então se institucionalizavam no Brasil², pois o compromisso político dos intelectuais brasileiros com o processo de construção da nação priorizava a integração social e a construção da identidade nacional; do mesmo modo que nas décadas iniciais do século XX os ensaístas, a partir de idêntico compromisso, haviam se dedicado à integração ideológica da nação através do empenho na construção da identidade nacional.

Ao contrário da geografia e de certa vertente da historiografia, o interesse pela chamada questão regional foi secundário nas ciências sociais no Brasil, até os anos 1990, pelas razões acima apontadas.

Segundo Norbert Elias (1972) o estado-nação é um tipo específico de formação social que envolve os processos de integração territorial, integração social e integração ideológica. O primeiro é o processo através do qual uma nação se concebe como uma unidade geográfica e os outros, o processo através do qual a nação assimila diferentes grupos e setores sob uma ideologia unificadora de participação. No Brasil, a literatura e as ciências sociais participaram do processo de construção da nação através do compromisso ético com o processo de integração social.³ A integração territorial foi sempre definida como uma tarefa do Estado que, através de comissões de geografia e geologia, investigou o Brasil entre 1892 e 1930. Essa pode ser outra das razões a explicar a desimportância do tema regional entre os cientistas sociais.

Sobre o conceito de região formulado pela geografia temos diferentes definições, expressivas não apenas de diferentes perspectivas teóricas, mas também dos objetivos práticos definidos pelas políticas de regionalização e de desenvolvimento regional. De maneira extremamente resumida pode-se dizer que, na tradição dos estudos geográficos desse século, o conceito de região é suportado por duas concepções teóricas distintas: uma primeira, que toma a região como um objeto empírico dado e outra que o entende como um

² Dentre os cientistas sociais, os antropólogos também participaram do processo de construção da identidade e da cultura nacionais. Ver Pechincha, 2006.

³ Ver Peirano, 1981.

espaço construído e, portanto, prenhe de historicidade. É essa última concepção que nos interessa mais de perto, principalmente por suas implicações para os estudos regionais feitos por historiadores e cientistas sociais.

Essa concepção, se bem avança em direção à superação do determinismo naturalista que caracteriza a chamada geografia tradicional, ainda apresenta vários pontos obscuros ou problemáticos que têm acirrado a discussão entre os estudiosos. Uma primeira questão diz respeito à noção de totalidade da qual é parte a região, que ora refere-se à articulação entre modos de produção ora à ação do Estado, ora à dinâmica das classes sociais. Em seguida vem a polêmica sobre o próprio conceito de modo de produção “em especial, quando referido ao espaço americano, africano e asiático” (Amado, 1990, p. 9).

Para o sociólogo Francisco de Oliveira (1975, 1993), o fenômeno da região só teria existido no Brasil até os anos 50, quando o país formava um conjunto de diferentes economias regionais. A partir daí, o capital monopolista teria subordinado todas as outras formas assumidas pelo capital (agrária, mercantil etc.), igualando e homogeneizando os espaços. Nesse processo substitui-se à economia nacional formada por várias economias regionais, uma economia nacional localizada em diferentes partes do território nacional. Isto equivale a dizer que, a partir dos anos 50, é o crescimento da região Sudeste que forma ou reforma a distribuição das atividades econômicas no território brasileiro.

Essa reflexão de Francisco de Oliveira sobre região foi generalizada, sem ressalvas, entre cientistas sociais e também historiadores brasileiros até o início dos anos 1990. Inclusive, como uma decorrência de que o conceito de região teria perdido sua densidade histórico-estrutural, a questão regional e o regionalismo passaram a ser interpretados como fantasmagorias, isto é, como expressão ideológica das elites regionais ameaçadas “visando à manutenção da antiga ordem espacial” (Godoy Silveira, 1990, p. 33).

A partir de um conceito de ideologia definido como falsa consciência, esses estudos procuravam desmontar uma narrativa da região construída em torno do sentimento comum de pertença à terra nativa, de valores tradicionais ou passadistas e de uma comunidade de memória. Aqui, denuncia-se a função política do intelectual tradicional que, por meio da literatura, da arte e da historiografia, fixa critérios de identidade regional vinculada a um território, promove o auto-reconhecimento da singularidade local e generaliza, para a sociedade regional, a narrativa mitificada do passado da classe dominante que se transforma, então, no passado contínuo da região.

Fazendo um balanço dos estudos regionais nos anos 1960, na América Latina, diz o economista chileno Boisier (1992) que os especialistas em desenvolvimento regional naqueles anos foram instrumentos inconscientes do ideal de criação de um espaço nacional homogêneo configurado por espaços regionais também homogêneos. E acrescenta que a identidade, a cultura e o apego locais eram considerados símbolos pré-modernos que tenderiam e deveriam desaparecer com a constituição plena entre nós do projeto da modernidade.

Tal como a nação, a região também é uma tradição inventada e é um exercício inútil, embora freqüente entre cientistas sociais e historiadores, procurar na geografia, na história ou na etnia os referentes de verdade do discurso regionalista. A força mobilizadora

dessas construções simbólicas não repousa no fato de elas serem verdadeiras ou falsas, mas no fato de elas serem eminentemente sociais.

Sobre o discurso regionalista, o que se pergunta, então, é qual a sua eficácia para “dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada” (Bourdieu, 1989). Como foi mencionado antes, os intelectuais, artistas e escritores desempenham um papel determinante no trabalho simbólico de formulação da região e na ruptura do desconhecimento que encapsula os espaços periféricos, contrariando o processo de homogeneização através da ênfase nas particularidades locais.

Ao contrário dos estudos que definem o regionalismo como uma mera representação ideológica das elites regionais - como se as ideologias das elites regionais não merecessem ser estudadas - entendemos que a construção simbólica da região é parte integrante do fenômeno da região: as paisagens culturais, os espaços morais, as imagens e os emblemas regionais, as crenças e valores locais são realidades simbólicas que transformam, especificando-o, o homem abstrato (universal/nacional) num homem de seu tempo e de seu lugar. A essa especificação chamamos identidade. Por outro lado, do ponto de vista do processo de construção simbólica da região, tanto a literatura regionalista quanto o discurso político, tanto a interpretação histórica quanto a explicação sociológica regional, são, cada um a seu modo, expressões da auto-imagem da região.

Com o aumento recente dos estudos regionais, a perspectiva de homogeneização das regiões vem sendo, e será ainda mais no futuro, questionada.⁴ Como a região sudeste do país coincide, ideologicamente, com a nação brasileira e detém o privilégio de sua interpretação, a análise dos processos econômicos, históricos e culturais particulares daquela região é definida como nacional e generalizada como modelo para as outras regiões, conformando e encobrindo as especificidades regionais. Indicativo desse privilégio é o fato, por exemplo, de São Paulo não produzir história regional e nem possuir nos currículos escolares ou acadêmicos disciplinas com enfoque regional (Arruda, 2000).

No imaginário nacional o lugar da tradição é o **sertão** concebido como um lugar concreto situado em algumas regiões e estados – o Nordeste, o Norte, o Centro-Oeste, o norte de Minas Gerais – e como uma forma de organização social e de cultura: a sociedade tradicional sertaneja, organizada em torno das atividades de plantio e lida com o gado, onde a vida social é orientada pelas relações pessoais de compadrio, de favor, de proteção e de patronagem; cenário da violência da seca, dos coronéis, dos jagunços, das lutas de famílias, dos movimentos messiânicos, dos penitentes; das romarias, das festas populares e folclóricas, dos amores violentos, das assombrações, de bichos e índios bravios, do exotismo do falar e do vestir. Enfim, do modo sensorial de viver. Espaço ainda não desencantado pela modernidade. No sertão o tempo seria lento e contínuo, daí a persistência de repertórios culturais arcaizantes que o isolamento conserva e reproduz como autenticidade (Sena, 1998).

Quanto ao Brasil moderno seu *lócus* seria as regiões Sudeste e Sul caracterizadas por uma civilização urbana, móvel e industrial, com uma estrutura social complexa

⁴ Ver Pesavento (1990), Amado (1990), Janotti (1990) etc.

organizada pelo mercado e pela moderna divisão do trabalho e pela presença de instituições políticas e culturais da atualidade. Ao contrário do país arcaico, aqui as relações pessoais e familiares encontram-se enfraquecidas e subordinadas aos imperativos do individualismo. No Brasil moderno o tempo seria veloz e marcado pela irrupção incessante da novidade.

No entanto, como a região parece menos abstrata do que a nação, embora sejam ambas comunidades imaginadas, o discurso regional não cessa de produzir – nas brechas, frestas e grotões da narrativa unívoca da nação – suas representações culturais próprias que afirmam a autenticidade da tradição contra a artificialidade do moderno. Essa impressão de artificialidade do moderno não é prerrogativa do senso comum. Na literatura, nos estudos literários e nas ciências sociais o pensamento volta seguidamente a isto que já foi chamado o dilema brasileiro.

É importante assinalar que essa imputação de artificialidade feita pelas regiões periféricas ou decadentes às regiões hegemônicas ou centros de influência, para usar uma expressão de Redfield (1941), não revela nenhuma originalidade: essa é uma forma recorrente de expressão da ambigüidade que governa as relações entre as tradições locais ou regionais e central ou nacional. A desvalorização simbólica imposta aos lugares e espaços periféricos – **as províncias, o interior, o sertão, o mundo rural** – é freqüentemente reinterpretada pelas tradições locais como um penhor de originalidade ou de autenticidade com o qual se procura resistir às tentativas de homogeneização dos centros civilizadores – a corte, a capital, o litoral, a cidade. Esses centros, por oposição, aparecem como os espaços exacerbados da ruptura da tradição e da produção do novo, circunstâncias que apóiam a imputação de artificialidade e superficialidade.

Apesar de todas as nações se representarem como uma comunidade política, como um sistema unificado de representações culturais com seus emblemas, seus panteões, seus mitos fundacionais, suas instituições culturais nacionais, enfim, tudo isto que chamamos **cultura nacional**, os processos de construção de uma nação particular só podem ser compreendidos por meio do contexto histórico de sua produção. Do mesmo modo somente a partir do horizonte de sentido de uma nação e de sua história podemos perceber como os **outros** da nação são construídos como diferença “formações nacionais de alteridade”. Destas fraturas da totalidade nacional podem emergir contra-narrativas, mas também mimeses, contradições, imitações e hibridismos (Segato, 2007).

Na região Centro-Oeste e mais particularmente no estado de Goiás, nos últimos trinta anos, historiadores e sociólogos tem desempenhado um papel crescente na redefinição da região e na reversão das características estigmatizantes da identidade regional.

Como foi mencionado anteriormente, a região Centro-Oeste é parte integrante da construção ideológica sertão, definido, desde o período colonial, como o desconhecido, o longínquo e o selvagem. A esses atributos soma-se ainda, a partir de 1780, com o esgotamento do ciclo do ouro em Goiás, o estigma da decadência e do atraso fixado pelos relatos dos viajantes, pelos relatórios dos administradores e pela ficção regionalista. De tal modo essa definição eurocêntrica da região foi integrada pelo senso comum e pelos políticos e intelectuais locais, que o historiador Paulo Bertran (1994) batizou-a de “paradigma da decadência de Goiás”:

Há duas ou três coisas sobre a História de Goiás que é oportuno despoluir para obtermos objetos mais úteis e mais iluminados (...). Um deles é o paradigma da decadência de Goiás no passado, que ao sentir de alguns escritores iria desde a abrupta queda da mineração em 1780 até um variável fim, segundo uns até 1914 com a entrada da estrada de ferro, segundo outros até 1937 com o Estado Novo e a Construção de Goiânia. Haja decadência! No caso extremo nada menos do que 157 anos de "decadência". Deve ser erro de denominação ou erro de conceito. (p. 6).

Integrado o "paradigma da decadência" como representação e explicação da região, a maior parte dos estudos procura então operar uma descontinuidade com essa definição negativa, fixando como momento de ruptura a integração da região à economia de mercado e ao centro de poder nacional, nos anos 30:⁵

A intelectualidade goiana buscou a civilização, o Leste, pretendendo seu pertencimento ao mesmo tempo em que sua afirmação no Estado Nacional brasileiro. Com o Estado Novo, ocorreu a convergência desses ideais. O Brasil voltou-se para o interior e, através de um projeto nacionalista – a Marcha para o Oeste – iniciou um processo de integração de Goiás ao Brasil (Manso Pereira, 1995, p. 75).

Como dito anteriormente, um movimento de deslocamento do sertão para as fronteiras geopolíticas de outro Estado, estamos vivendo agora na região Centro-Oeste, particularmente no Estado de Goiás. Escritores, artistas, intelectuais e políticos goianos vêm trabalhando nas duas últimas décadas para reverter a identidade periférica de Goiás na cartografia imaginária da nação, através das seguintes estratégias convergentes:

1 - Por meio da disputa de dizer a região numa linguagem científica, pretensamente menos ideológica do que a historiografia oficial, do que a literatura e as artes regionalistas, pois suportada pelas pesquisas historiográfica e sociológica que privilegiam as temáticas da modernidade e até da pós-modernidade e que recebem sua legitimação do campo científico;

2 - Através da ressignificação do mito do sertão como espetáculo e figura da atualidade que traveste o sertanejo de peão de rodeio na Festa do Peão de Boiadeiro, organizada como uma estrutura mega-empresarial e transnacional, espetacularizada nos centros urbanos dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná⁶.

3 - Pelo confinamento do sertão ao Tocantins, antigo norte de Goiás, transformado em Estado em 1988, quando passou a fazer parte da região Norte. Desde os momentos iniciais das gestões para a criação do Estado do Tocantins, as justificativas elaboradas nos discursos políticos para a divisão estadual foram: a) os impedimentos ao desenvolvimento local do Tocantins, decorrentes da distribuição desigual de recursos pelo Estado de Goiás e b) a singularidade cultural e histórica do Tocantins em relação a Goiás.

⁵ Uma referência importante na integração da região Centro-Oeste é a Marcha para o Oeste. Sobre o assunto, ver Cassiano Ricardo (1970).

⁶ Para uma discussão sobre a ressignificação do mito do sertão como espetacularização ver Pimentel, Sidney. V., 1997.

Tomando a diferença como um dado essencial que incluía, desde a “origem racial” das levas de migrantes que ocuparam o Tocantins vindos do Nordeste – ao contrário do Estado de Goiás cuja migração inicial teria sido principalmente de mineiros e paulistas – até as peculiaridades fenotípicas e alimentares, os hábitos e as atividades sertanejas. Tratava-se, no entender dos políticos, apenas de se reconhecer, no plano administrativo, a existência de fato da singularidade tocantinense anterior à constituição do Estado de Goiás. Mas como as identidades são processuais e conjunturais, ainda quando acreditadas essenciais e fixadas, as estratégias culturais do Tocantins estão nesse momento voltadas para a constituição de uma comunidade imaginada distinta e oposta a dos goianos. Enquanto isso, os goianos estão realocando as características negativas do sertão – o isolamento, os índios, os jagunços, os coronéis, o atraso – para além de suas fronteiras estaduais, constituindo o Tocantins imediatamente numa alteridade da alteridade. Digo alteridade da alteridade, porque a região Centro-Oeste, exceto Brasília evidentemente, foi sempre pensada como sertão, isto é, como alteridade da nação brasileira, por seu incompleto englobamento.

Como tradições inventadas que são, na tessitura simbólica da região intervêm imagens e textualidades superpostas, noções disjuntivas de tempo, espacialidades soterradas, operações de ressignificação e deslizamento, contradições, narrativas conflitantes, disputas discursivas e de poder. Ao contrário da perspectiva que propõe entender a região como uma comunidade substancial, preferimos acreditar que são as estratégias que emergem das fraturas da narrativa nacional aquelas que podem gerar novas áreas de negociação de sentido e representação (Bhabha, 1988).

Para o estado de Goiás, no entanto, a situação é mais complicada do que o caso de Minas Gerais, já que o estado inteiro é pensado como sertão, muito embora para o pensamento goiano nativo, o sertão não coincida com o Estado, mas com algumas áreas dentro dele. Esta classificação, por ser regionalista e local, não tem inflexão no pensamento brasileiro formulado pela “nação”, o que revela como o processo de construção de uma região, requer o entrelaçamento constante de concepções internas e externas para ter eficácia.

Recentemente assiste-se a uma tentativa – de políticos e intelectuais locais- de deslocamento do sertão de Goiás para o estado do Tocantins, como já foi dito. O estado do Tocantins, cujo território coincide com o do antigo Norte de Goiás, é definido pelo pensamento nativo como o sertão por excelência do estado de Goiás, pelas razões economicistas e ausências usuais: inclemência do sol, terra imprópria para o cultivo, baixa produtividade, ausência de centros urbanos, precariedade do processo civilizatório.

No entanto, o Tocantins encontra-se neste momento redefinindo no Estado, os lugares sertão o que significa dizer que estes lugares são os mais distantes da capital, os de mais baixa densidade populacional e de criação de gado e plantação de lavouras, em moldes não capitalistas. É assim que se processa o deslocamento do sertão. O sertão é aonde a civilização não chegou ainda.

Enquanto a sociologia e a historiografia ressaltam que Goiás é moderno, a antropologia⁷ e a literatura local enfatizam os aspectos tradicionais das formas de produção no campo, as manifestações culturais tradicionais como a congada, reizados, cavalhadas etc. A literatura regional não apenas louva a tradição como a generaliza para todo o Estado.⁸

O processo de construção de uma região é atravessado por relações de poder e de saber que nos conformam como nordestinos, goianos, mato-grossenses. Não há neste sentido diferença entre a exterioridade e a dimensão interna, como observa com propriedade o Albuquerque Jr. (2001):

O discurso regionalista não é emitido a partir de uma região exterior a si, é na sua própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta. Ela é parte da topografia do discurso, de sua instituição. Todo discurso precisa medir e demarcar um espaço de onde se anuncia. Antes de inventar o regionalismo, as regiões são produtos deste discurso (p.23).

Parte significativa da construção simbólica, isto é, cultural de Goiás e da região central do Brasil está fundada na idéia de sertão. Embora não haja consenso sobre a etimologia da palavra sertão – sartāao, certāo – usado pelos navegantes portugueses para designar o interior da África e do Brasil, em oposição ao mar e litoral, a palavra aponta para um lugar distante, vazio, isolado, inóspito e desconhecido. A esta camada de significados vem se juntar, ainda nos primeiros momentos do processo de constituição de nosso território, a dimensão positiva de vazio a ser conquistado e ocupado, referente de grandeza de nosso patrimônio geográfico.

Mais contemporaneamente, certa conotação negativa de sertão passa a medir o descompasso entre formas de organização social e de cultura, expressa na noção de atraso, enquanto que a dimensão positiva incorpora a fronteira interna como lugar de encontro do impulso civilizado com os valores autênticos da nacionalidade.

Como mito de origem da nação brasileira, o termo sertão condensa diversos significados; um amálgama de imagens, experiências e sentimentos. Simultaneamente descrito como um espaço geográfico, como uma temporalidade, como uma forma de organização social e como um conjunto de características culturais o sertão é, ao mesmo tempo, singular e plural. É um e é muitos, é geral e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sempre presente, o atemporal, o que não está nunca onde está. É esse material simbólico que, recozido, constitui a matéria-prima de que são feitos as diferenciações regionais, isto é, as identidades regionais.

Como dito, vários dos traços considerados características de Goiás e das regiões brasileiras localizadas no interior do país foram fixados pelo olhar alheio e pela pena dos viajantes europeus que aqui estiveram no século dezenove – daí o gosto pelos relatos de viagem e pela descrição minuciosa da paisagem que caracteriza os relatórios administrativos, as memórias e os primeiros ensaios de ficção produzidos no Brasil. A isso viria juntar-se no final dos oitocentos e nos novecentos, o reconto lendário, a crônica das províncias, o levantamento de tipos, usos e costumes locais e o registro de expressões de crenças de

⁷ Veja especialmente Brandão e Ramalho, 1986; Brandão, 1981 etc.

⁸ Veja Bernardes, 1977; Élis, 1987; Almeida, 1972 etc.

causas e anedotas fixando-se através da escrita culta – como em Bernardo Élis, Carmo Bernardes e Cora Coralina – cujos referenciais são a tradição e a oralidade evanescente das gerações que ainda conheciam intactos o sertão goiano.

À procura de minas e do braço escravo do indígena vinham as levas de paulistas e portugueses desgarrados, muitos já com sua escravaria a tiracolo, trazendo consigo crenças e costumes extraídos da religião católica. Dessa forma o catolicismo ibérico, popular e híbrido de influência muçulmana, mágico e, acima de tudo, doméstico, responde pela cristianização das pessoas e paisagens e pela sedimentação da sensibilidade e da imaginação religiosa.

Ao se defrontarem com as adversidades da natureza, com as feras e flagelos desse reino de coisas temerárias, os colonizadores dos sertões se via necessitados de referências protetoras e recorriam então a um caudal de mitos e dogmas. Na medida em que riscavam aquelas solidões de caminhos, pousos arraiais, movidos pelo desejo de encontrar riquezas onde assentar fazendas, faziam desses traçados uma geografia mítica, povoando-a de santos e capelas – sinais agregadores da memória coletiva regional.

Brotam no encontro coletivo das solidões rurais diversas festas de giros com nas chamadas folias de reis e, sobretudo, nas do Divino Espírito Santo⁹. Ou essas verdadeiras héginas das romarias da Senhora da Abadia (Muquém) e do Divino Pai Eterno (Trindade) símbolos das deidades masculinas e femininas de Goiás. São hoje a identidade recôndita popular da goianidade e a cada ano, para surpresa geral, mais se avolumam.

Embora mais recuado no tempo, é esse mesmo catolicismo mágico que constitui a forma expressiva da memória da mineração, seja na explicação milagrosa de muitos dos achados auríferos ou na alteração da situação conjuntural do escravo. A memória topográfica regional ainda registra muitas consagrações de santos em serras e ribeirões. Milagrosamente protegendo mineiros, escravos foragidos e aqueles que, ao encontrarem veios de ouro, os trocavam por cartas de alforria.

Estes espaços, inóspitos e portadores de perigos infundáveis no século XVIII, eram visados não só com como locais possíveis de se encontrar metais preciosos, mas também se tornavam esconderijos de índios bravios, às vezes de negros desertores, que aí se embrenhavam para escapar do cativeiro escravista.

Mas não é apenas de figuras celestiais que o imaginário narrado daqueles tempos se nutre. Ambicionar o ouro com a cobiça mais obstinada e minerá-lo com o braço escravo incrusta nessa geografia outros personagens: assombrações, lobisomens e almas penadas também formam a face imaginária que a mineração deixou desenhada desde os primeiros tempos do povoamento. Cobiça, escravidão e catolicismo tecem um lendário de expiação **post-mortem**, em que os senhores de escravos, vale dizer, os donos das minas e das gentes que mineravam, depois de mortos eram condenados a se tornarem assombrações e lobisomens, presos a terra onde os tesouros estavam enterrados. Em regiões arcaicas matriciais goianas – Cidade de Goiás, Pirenópolis, Cavalcante, Luziânia, Pilar e outras são

⁹ Para uma etnografia destas festas ver Lima, 1990.

ainda referências anômalas do imaginário infantil, ou no imaginário adulto o enterro de garrafas e potes de ouro.

Isto que são expressões de uma religiosidade autopunitiva trazida pelos bandeirantes, conformou também uma moralidade. O ouro, a ganância e a morte precoce, devido principalmente aos maus tratos da escravaria, formam uma tríade que desencadeia o quarto elemento de uma moral que está associada à exploração garimpeira, a maldição, de modo que esta atividade e o tempo que ela institui é qualificado tanto como o tempo da dureza, o tempo do carrasco puro, dos carrancas quanto o tempo das almas do purgatório.

Apesar da mineração, a pecuária e a agricultura básicas não deixaram de florescer como atividade secundária em Goiás. Com o refluxo do empreendimento minerador, a pecuária e a agricultura vieram a se tornar, desde o século XIX, a espinha dorsal da economia dessa região e o instrumento por excelência de domesticação do sertão.

A pecuária e a agricultura em Goiás passam a ser realizadas predominantemente pelo trabalho familiar, tanto do dono da terra quanto de seus agregados que, a se crer na literatura local, partilhavam das mesmas formas de sociabilidade. Durante o século XIX não havia mais que dez por cento de mão de obra escrava em toda a região, ao contrário do século anterior, quando os negros constituíam a parcela majoritária da população.

A domesticação do sertão levada a cabo por essa forma de organização social, de base familiar, responde pela feição cultural atual da região central do Brasil e pela transformação do sertanejo em personagem principal da saga da construção da nação: a ocupação de fronteiras, a Marcha para o Oeste etc.

A literatura e a historiografia, as crônicas, os relatórios, as músicas, o folclore e os registros da memória coletiva ajudam a compor o personagem do sertanejo por meio da narrativa de seus feitos e de sua moralidade, de seus modos e de seus valores. Através dessas fontes, o sertão goiano, do século XIX a meados do século XX, define-se simultaneamente pelo isolamento, pela prodigalidade da natureza e pela indiferença social e cultural¹⁰.

O isolamento, medido pelas léguas e dias gastos para se percorrer, a pé, a cavalo ou em carro de boi, a distância entre fazendas ou entre fazendas e vilas – potencializada pela precariedade dos caminhos e pelos perigos naturais de bichos e chuvas – levava à busca das ocasiões de sociabilidade nas festas na visita à rua, ao povoado. A comunhão maior, porém, é com a natureza – matos e rios que pareciam não ter dono. Intermittentemente, no entanto, o isolamento é quebrado nos ajuntamentos de gente nas feiras, novenas de vizinhos, rezas, festas de santos, leilões de prendas e bailes, nos mutirões afamados de Goiás, **treições** e casamentos de roça.

No cotidiano, é a interminável sucessão de trabalhos, de estação e de ciclos de vida; é a homogeneidade da produção que dificulta a troca e a venda; é a repetição das mesmas atividades de lazer – a caça, a pesca, a faiscação de restos de ouro e pedra na entressafra da lavoura, as rodas de conversas e de viola. E os causos, aforismos e analogias, o mapeamento do calendário, das plantas, dos animais, das pessoas, das coisas dos homens e

¹⁰ Para uma descrição da indiferença ver Élis, Bernardo, 1970.

do sobrenatural. Os casos de bugre bravio, de caçada, de garimpo, de diamante, de doença, de morte matada, de soldado, de revoltoso, de boi, de cavalo, de festa, de amor, de vingança, de milagre, de assombração, de profetamento dos bichos, de maldição, de maravilhamentos: a poética da vida social¹¹.

Mesmo nas vilas, a se acreditar nos cronistas, a vida social era tacanha e pobre de acontecimentos; as novidades sendo só aquelas previstas no calendário litúrgico – nas celebrações da Semana Santa, nas festas de São João, congós, pastoris, folias e cavalhadas – e as trazidas de terras distantes nas mercadorias e nas notícias dos tropeiros e dos mascates. Afora essas ocasiões, o pouco ou muito convívio social era de iniciativa do homem, a existência da mulher se passando pelo mais, no recesso interior da família.

Dessa sociabilidade repetitiva muito se explica a permanência de formas sociais de convívio e a contigüidade de formas culturais de expressão entre o pequeno e o grande proprietário de terras, entre o camponês, o agregado e o morador, entre as famílias e suas parentelas, seus adotados e aderentes, seus afilhados e filhos naturais. No século XVIII, povoados pobres e efêmeros apareciam e desapareciam ao sabor das aluvões. Nos últimos 200 anos, porém, o crescimento urbano dá-se em geral fora das antigas áreas de mineração sedimentadas antes.

Além dessa contigüidade aparente, a relação moral do homem com a terra, que dá significado às atividades da lavoura e do gado, também regula a nascente diferenciação social. O militar, o jagunço, o comerciante, o garimpeiro, o funcionário público não apenas alternam ocupações com a lida na roça como compartilham da mesma origem rural e do mesmo sentimento telúrico. Vide o profundo telúrico da poesia de Cora Coralina (1998), os contos de Hugo de Carvalho Ramos (2000) e dos romanceiros de Americano do Brasil (1988).

Na memória social, a imagem da natureza pródiga está contida principalmente na idéia de um passado de fartura em oposição a um presente de privações, uma fartura revelada na abundância das colheitas, no acesso a terra, às matas e aos rios e na coetaneidade do mundo sobrenatural; a diferença entre colheitas e assombrações é que são ambas coisas desse mundo.

Não há aí ausência de racionalidade. Mas há identificação da ambição como forma moral de expressão do processo mais recente de industrialização da agropecuária, com suas consequências sociais da generalização do trabalho assalariado e clandestino, do impedimento do acesso à terra, dos desmatamentos e do aprofundamento das diferenças entre as classes.

O presente é, simultaneamente, o fim do isolamento, da prodigalidade da natureza e da contigüidade social e cultural entre o camponês e o fazendeiro, entre o vaqueiro e o pecuarista, entre o empregado e o patrão. É o tempo de primado da lei sobre a palavra dada, o qual submerge os valores sertanejos de proteção e lealdade pessoais, antiga base reestruturada dos fenômenos sociais do banditismo, do mandonismo e dos movimentos messiânicos e milenaristas.

¹¹ Sobre o profetamento dos bichos ver Berocan, Felipe, 2007.

Como essa mudança é recente e não surgiu ainda uma narrativa urbana que a conteste e supere os testemunhos de um passado de fartura ligado à forma de vida – os modos e valores sertanejos compõem ainda grande parte da construção simbólica da identidade regional, embora já se desenhe, em torno deles, uma reelaboração modernizadora que traveste o rural em country e o sertanejo em peão de rodeio. Pela junção de símbolos do tradicional e do moderno – o berrante e o celular, a lida pastoril e o rodeio, a bravura do sertanejo e a competição – o sertão é reconfigurado como simulacro, vale dizer, como uma figura absolutamente contemporânea.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Nelly A. *Tempo de ontem*. Goiânia: Imprensa da UFG, 1972.
- AMADO, Janaina. *História e Região: reconhecendo e construindo espaços*. In: Amado et al. *República em Migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: Edusc, 2000
- ARRUDA, Maria Arminda N. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Braziliense, 1990.
- BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1959.
- BERNARDO, Carmo. *A resurreição de um caçador de gatos*. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- BERTRAN, Paulo. *Memória consútil e a goianidade*. *Ciências Humanas em Revista*, Goiânia, v. 5, n.1, jan./jun. 1994.
- BEROCAN, Felipe. *O profetamento dos bichos*. *O Público e o Privado*: 151-159 n. 7, jan./jun, 2007.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989
- BRANDÃO, Carlos R. *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- BRANDÃO, Carlos R., RAMALHO, José R. *Campesinato goiano*. Goiânia: Editora da UFG, 1986.
- GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro; José Olympio, 1976.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *Historiografia: uma questão regional?* In: Amado et al. *República em Migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- LAMBERT, Jaques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Nacional, 1967.
- LIMA, Nei Clara de. *Pilar: um giro pelo sagrado*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Brasília, 1990.
- MANSO PEREIRA, Eliane M. *A construção da nação e região em Goiás, 1830-1945*. *Ciências Humanas em Revista*. Goiânia, n. 6, v. 2, p. 65-77, jul/dez. 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Brasiliense/Seleções Cebrap 1, 1975. (1^a edição, 1971).
- _____. *Elegia para uma re (li) gião*. SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. (1^a edição, 1977).

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

SEGATO, Rita. *La nación y sus otros: raza, etnidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

VICENTINA, Albertina. O sertão e a literatura. *Sociedade e Cultura*, 1 (1): 41-54, jan./jun. 1998.

VELLOSO, Mônica P. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263.